

CLIMA, TERRA E SOBERANIA: AS NARRATIVAS CLIMÁTICAS SOBRE OS TERRITÓRIOS DO SUL GLOBAL

GRAIN | Grupo Carta de Belém



Foto: Wimpy Salgado

A partir do mês de agosto, a poucos meses do 25º Encontro das Partes (COP) da Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima e a menos de cinco meses para a entrada em vigor do Acordo de Paris, a partir de janeiro de 2020, ao menos três fatos de grande repercussão internacional recolocam a terra e os territórios dos países do Sul global no centro da geopolítica mundial a partir da narrativa climática: i) os incêndios e desmatamentos na Amazônia; ii) a publicação do Relatório Especial sobre Mudanças Climáticas e Terra do IPCC (Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas) e ; iii) a divulgação da campanha *Nature Now* com o lema “Proteger, Restaurar e Financiar” em torno das chamadas “*nature-based solutions*” (soluções baseadas na natureza), trazida na voz na jovem ativista Greta Thunberg.

Analisemos as narrativas ao redor destes fatos a fim de identificarmos de maneira mais clara os principais vetores das emissões de gases efeito estufa (GEE), responsáveis pelo aumento da temperatura do planeta segundo o IPCC, para então identificarmos o que se tem proposto como soluções para a crise climática e ambiental.

I) Amazônia em Chamas: desmatamento, incêndios, grilagem de terras e água e o papel da indústria agroalimentar de larga escala

De janeiro a agosto de 2019 a Amazônia teve 34% a mais de focos de queimadas, 55% mais desmatamento e 11% mais chuvas, se comparado ao mesmo período dos últimos 3 anos (2016-2019).

Os incêndios. No mês de agosto o aumento dos focos de incêndio na Amazônia foi de 196%, se comparado a agosto de 2018, chegando a cerca de 31 mil focos ativos, maior número desde 2010 e índice 19% acima da média dos últimos 21 anos, quando do início da série histórica do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), segundo o Programa Queimadas do Instituto e com base em imagens de nove satélites.¹ No Brasil como um todo, houve aumento de 71% dos focos de incêndio de janeiro a agosto face ao mesmo período de 2018, maior índice desde 2008, sendo 49% dos focos na Amazônia e 32% no Cerrado no mesmo período.

Ação humana x seca: Primeiramente reputados à seca peculiar que atinge a região nesta época do ano pelo governo, os dados do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) apontam que a média de chuvas registrada na Amazônia em 2019 —de 219,95 mm—

“está acima de média histórica entre 1981 e 2019 para este período na região, de 204 mm”. Segundo o chefe da previsão do tempo do Inmet, “2019 não é um ano mais seco, não havendo nenhum local na Amazônia que passou mais de 40 dias sem chuva”.

Ciclo do Desmatamento: corte, fogo, grilagem de terras e de água, e o agronegócio. De janeiro a agosto de 2019 foram 6,4 mil km², aumento do desmatamento em 91,9% frente ao mesmo período de 2018 (3.336,7 km²). Os dez municípios que tiveram mais focos de incêndios florestais em 2019 também são os que tiveram as maiores taxas de desmatamento (Ipam). Estes também são municípios situados em áreas de expansão da fronteira agrícola, principalmente com atividades de agropecuária e monocultivos de soja para exportação. O Brasil tem cerca de 34% de seu território dedicado a agricultura e pecuária com 283,54 milhões de ha, (tabela Grain, 2019),² sendo que 49% das exportações brasileiras são de produtos primários (Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2018). Cerca de 20% das exportações mundiais de carne bovina são brasileiras, principalmente para China, Hong Kong e União Europeia³ e, em conjunto com os EUA, o Brasil também responde por 80% das exportações de soja, sendo o 2º maior produtor mundial. Números que evidenciam que o país segue cumprindo o papel de exportador de commodities agrícolas (e também minerais) de baixo valor agregado na divisão internacional do trabalho, às custas de um grande volume de terras e água colocados à disposição como matéria prima das cadeias globais de valor da indústria agroalimentar.

Deste modo, o ciclo do desmatamento está profundamente vinculado com a expansão da fronteira agrícola e introdução de gado e grãos, principalmente a soja, e com a grilagem de terras públicas e da água. Em primeiro lugar se dá o corte das árvores com a retirada da madeira mais valiosa para, no período da seca, se atear fogo na madeira excedente a fim de ocultar o crime ambiental e “limpar a terra”, iniciando-se o *ciclo da grilagem*, principalmente das terras devolutas da União e dos estados.⁴ Com a chamada “terra limpa”, agrega-se valor de mercado à terra e os desmatadores/grileiros vendem ilegalmente as terras públicas, em geral para fazendeiros e empresas ligadas a agropecuária, mas também para realizar evasão de divisas e como forma de ocultar dinheiro advindo de atividades ilegais, em um esquema de lavagem de dinheiro. Depois da introdução do gado, para o chamado “amansamento da terra”, é possível a instalação de extensos monocultivos de soja. Embora varie conforme a região, estima-se que, em média, 1 kg de soja utiliza



Foto: Wimpy Salgado

entre 2.000 e 2.500 litros de água, enquanto 1 kg de carne bovina, cerca de 15.500 litros,⁵ sendo que a agricultura industrial é responsável pelo uso global de 70% da água no planeta, com aumento em 100% de 1961 a 2017, segundo o relatório especial do IPCC sobre Mudança Climática e Terra (A1.3, p.3. *Summary for policymakers*).⁶

Pecuária e os principais atores econômicos do desmatamento: 40% da pecuária nacional está na Amazônia Legal, ocupando 80% da área desmatada na região. Além das planícies, a oferta abundante de água faz da Amazônia o lugar mais barato para se produzir carne bovina no país. São Félix do Xingu no Pará foi o município que registrou o maior número de focos de queimadas e a 2ª maior área com alertas de desmatamento nos últimos 6 meses (DETER- Detecção de Desmatamento em Tempo Real/Inpe). O município, pouco menor que Portugal possui o maior rebanho de bovinos do país, com 2,2 milhões de cabeças de gado (IBGE, 2017). Dentre as principais empresas que dominam o processamento e exportação de carne bovina estão JBS, Mafriq e Minerva, que por sua vez tem como acionistas bancos como Santander, JPMorgan Chase e Barclays (Amazon Watch).⁷ A JBS tem como uma de suas fornecedoras a Agropecuária Santa Barbara

(AgrosB) do grupo Opportunity de Daniel Dantas, que detém cerca de 500 mil ha (já bloqueados pela operação Satiagraha em 2008, por suspeita de lavagem de dinheiro e grilagem), e multada entre 2010 e 2019 em 70 milhões reais por desmatamento ilegal na região de São Félix.⁸

Soja, infraestrutura logística e caminhos do ciclo do desmatamento: Outra região com altos índices de incêndios está ao longo do caminho da BR 163, uma das principais rotas para o escoamento e exportação da soja do norte do Mato Grosso até o porto de Miritituba no Pará. A maior parte dos monocultivos de soja está no Cerrado, entretanto ocupavam ilegalmente cerca de 47,3 mil hectares de floresta desmatada na Amazônia em 2018, com aumento de 27,5% face a 2017. Cerca de 16% das receitas de exportação do Brasil vêm da soja em grão e triturada. A infraestrutura logística para exportação dos grãos é um dos importantes indutores do ciclo de desmatamento na região. Mesmo com a queda em cerca de 80% do desmatamento da Amazônia legal entre 2004 e 2012, ao longo da BR 163 o desmatamento seguiu crescente no período. As terras ao longo da rodovia seguem o passo a passo do chamado ciclo do desmatamento: corte, fogo, grilagem, pecuária até a implantação dos monocul-

tivos de soja, que será exportada como commodity com baixo custo de operação, através da BR 163.

O Porto de Miritituba, onde a rodovia desemboca para seguir caminho por Santarém até o Atlântico, é administrado pela Hidrovias do Brasil, cujo capital pertence ao fundo Blackstone e à Pátria Investimentos (que por sua vez é uma das companhias do fundo),⁹ maior doador da campanha de Trump. Bolsonaro anunciou que a Hidrovias do Brasil seria parceira no processo de pavimentação e privatização da BR 163. Por outro lado, a Blackstone em artigo de novembro de 2018 afirma que a “democracia do Brasil não está em perigo”. Os principais atores do mercado global de grãos e que também dominam o mercado no país são a Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus. Entre os bancos que cedem linhas de crédito a estes gigantes do agronegócio estão, novamente JPMorgan Chase, Barclays, Citigroup, Bank of America e BNP Paribas que, juntos, forneceram mais de um bilhão de dólares por ano em crédito para cada um, segundo a Amazon Watch.

Da análise dos dados é possível concluir que os principais vetores dos incêndios e desmatamento na Amazônia, e também no Cerrado, estão ligados a toda a cadeia de produção da agricultura e pecuária

industrial de larga escala e sua infraestrutura logística, havendo uma cumplicidade entre desmatadores, grileiros, setores do agronegócio, corporações globais que dominam os mercados e seus agentes financeiros e, claro, o governo brasileiro. Neste sentido, os boicotes precisariam ser melhor direcionados a fim de atacar todos os corresponsáveis, inclusive os fundos de investimento, bancos e as transnacionais do agronegócio, que neste momento, utilizam o governo de Jair Bolsonaro, travestindo “soberania corporativa” em “soberania nacional” a fim de afastar compromissos ambientais e com direitos humanos na região, e abrir caminho para as corporações que organizam as cadeias de commodities agroalimentares e minerais.

As gigantes do setor se preparam para um possível boicote dos países importadores e tentam recolocar no cenário internacional o papel de uma agricultura e pecuária de baixo carbono para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Através da *Coalização Brasil, Clima, Florestas e Agricultura*, que reúne cerca de 200 membros multisetoriais entre companhias líderes do agronegócio (como Cargill, Bunge, Bayer/Monsanto, Basf), associações setoriais (ABAG—Associação Brasileira do Agronegócio e ABIEC—Associação Brasileira de Indústrias Expor-





Foto: Wimpy Salgado

tadoras de Carne), companhias líderes nas áreas de madeira, cosméticos, siderurgia, papel e celulose; o setor financeiro (como a Bolsa de Valores Verde do Rio-BVRio), assim como organizações civis ambientais (Conservation Internacional, CI, e WWF), pressionam para uma mudança de posição do governo brasileiro para que defenda a inclusão do setor de florestas e agricultura no âmbito do Acordo de Paris como “*grande oportunidade de atrair novos recursos junto a investidores nacionais e internacionais se for capaz de monetizar seus ativos ambientais. (...) de forma a “criar incentivos econômicos para quem cumpre a lei.”*”¹⁰

II) Relatório sobre Mudanças Climáticas e Terra do IPCC

Embora ainda não haja metodologia única e confiável para mensurar, reportar e verificar (MRV)¹¹ as toneladas de carbono evitadas, sequestradas e estocadas, principalmente a partir de base natural —como pelas florestas tropicais e agricultura—, o Relatório especial divulgado em 08 de agosto estima que o impacto da agricultura, silvicultura e outros usos da terra (AFOLU) para emissões antropogênicas

de gases de efeito estufa saltou de 13% em 2007 para 23% em 2016. O Relatório anterior do IPCC AR4 de 2007 também estimava que cerca de 10% a 20% das emissões globais viriam do desmatamento das florestas tropicais. Isto significa que cerca de 77% das emissões globais de GEE veem do setor estritamente industrial e de seus fluxos comerciais a jusante e a montante das formas de uso do solo.

Deste modo, focar as causas e as soluções para o colapso climático nas florestas tropicais e ecossistemas não parece suficiente, tampouco eficiente. O Relatório do IPCC amplia o enfoque estrito a florestas e agricultura ao mensurar que entre 21% e 37% das emissões globais viriam de toda a cadeia global agroalimentar, incluindo as emissões geradas antes e depois da atividade produtiva, contabilizados maquinário, fertilizantes, transporte, armazenamento, processamento, empacotamento e etc. Grain em *O grande roubo do clima, 2014*¹² estimou que entre 44% e 57% dos GEE totais são provenientes do sistema agroindustrial de produção de commodities, sendo: o *desmatamento* responsável por 15% a 18% das emissões globais; o *setor de produção de commodities* em torno de 11% a 15% (em grande parte devido ao uso de combustíveis fósil com maquinário, extração, transporte e envase de fertili-

zantes e outros agrotóxicos);¹³ o *transporte/infraestrutura logística dos alimentos em circuitos longos* responsável por 5 a 6% dos GEE; a fase de processamento e envase, em torno de 8 a 10 % (incluindo produção de plástico); a refrigeração, de 2 % a 4% dos GEE; e o desperdício de alimentos de 3 a 4% dos GEE,¹⁴ sendo que o recente relatório do IPCC reportou entre 8 a 10% para a perda e desperdício. As cinco maiores empresas de carne e laticínios do mundo: *JBS (Brasil), Tyson Foods, Cargill, Dairy Farmers (US) e Fonterra (Nova Zelândia)*, já seriam responsáveis por mais emissões anuais de gases de efeito estufa do que as petrolíferas ExxonMobil, Shell ou BP (GRAIN e IATP).¹⁵

O Relatório especial, em que pese diferenças metodológicas e nos números, confirma o papel relevante da agricultura, pecuária e dos outros usos do solo (silvicultura, urbanização etc.), assim como de toda a cadeia produtiva agroalimentar industrial para as mudanças climáticas, evidenciando que o modo de produção e consumo dos alimentos, na escala atual, está absolutamente vinculado à indústria do petróleo e à queima de combustíveis fósseis.

Já que focado no estágio atual de uso da terra, principalmente pelo sistema alimentar industrial e seu impacto nas emissões, o estudo enfoca nas ditas *soluções baseadas na natureza (natural based solutions)*, divididas em: i) *opções baseadas nos ecossistemas* e ii) *opções baseadas na terra*; embora também aponte iii) *opções de manejo da cadeia produtiva de alimentos*, e iv) *opções socioeconômicas*, já que adverte para os limites da implantação de medidas de mitigação baseadas no uso da terra (*natural based solutions*), pois a florestação, reflorestação e ainda o uso da terra para produção de bioenergia ou biocarvão podem gerar aumento das disputas por terra, afetando a segurança alimentar e também o clima.

Tanto as *opções baseadas nos ecossistemas* quanto as *opções baseadas na terra* indicam uma série de técnicas e tecnologias que podem se enquadrar no conceito de “*manejo sustentável da terra e dos ecossistemas*”, que vão desde manejo florestal e conversão das árvores em produtos de madeira para prolongar o tempo de estoque de carbono (beneficiando madeiras), passando pela agroecologia e uso de sementes locais até a adoção de sistemas de agricultura de precisão (digitalização/robotização ou agricultura 4.0) para o aumento da produtividade e diminuição da demanda por terras. Tais atividades em benefício dos ecossistemas e do “uso sustentável” da terra pela agricultura e pecuária, independentemente por quem sejam executadas - por comunidades e pequenos agricultores ou corporações -, devem ser promovidas e financiadas por meio de

contribuições para serviços ambientais. O relatório, portanto, não identifica a escala e a concentração do modo de produção agroalimentar como fornecedora de commodities como incentivo perverso para as mudanças climáticas, a desertificação e degradação da terra, desmatamentos e a insegurança alimentar. Podem ao contrário, ser elegíveis para pagamentos de serviços ambientais e climáticos e inclusive, hegemônizar a venda de um novo pacote tecnológico corporativo —com aplicação de seu correspondente direito de propriedade intelectual— como solução para a crise climática e ambiental.

Dentre as *opções de manejo da cadeia produtiva* o relatório aponta a necessidade de mudanças nos hábitos alimentares (baseadas em plantas e animais produzidos de modo sustentável em sistemas de baixa emissão de GEE); diminuição de perdas pós-colheita e desperdício de comida, opção por fornecedores sustentáveis; melhora no processamento e beneficiamento dos alimentos, uso de bioenergia, dentre outros. Esta nova demanda de conformidade ambiental e climática da cadeia agroalimentar global —desde o uso da terra até todas as etapas da cadeia de produção de alimentos: transporte, armazenamento, processamento, envase, transporte até sua eliminação—, contabilizada em unidades de carbonos, exige instrumentos de monitoramento, reportação e verificação ao longo de toda a cadeia de valor, de forma rastreável e confiável (tecnologia Blockchain).¹⁶ Esta nova infraestrutura “sustentável” acaba por aproximar o setor agroalimentar de corporações de Big Data e de tecnologia, podendo gerar uma verdadeira reestruturação do arranjo corporativo mundial, com fusões, aquisições, compartilhamento de patentes entre os setores, gerando uma maior oligopolização das cadeias de valor.

Seguindo a tendência de apresentar soluções políticas em dados agregados como se fossem neutros, o Relatório traz dentre as *opções socioeconômicas (Shared Socioeconomic Pathways (SSPs))*: o livre mercado, o aumento da produtividade por meio da aplicação tecnológica na agricultura, a mudança na intensidade de produção dentro de um sistema de emissões de GEE e a regulação efetiva do uso da terra como variáveis positivas para o desenvolvimento menos desigual e de menor risco às mudanças climáticas. Embora o relatório aponte a necessidade de políticas de governança da terra como a regularização fundiária e inclusive dos direitos de posse comunitária, com a redistribuição e descentralização da terra como instrumentos de modificação no seu uso, é necessário cautela na regulamentação desta governança. Invariavelmente, os direitos territoriais das comunidades tradicionais e pequenos agriculto-



Foto: Wimpy Salgado

res fundamentam grande parte dos marcos jurídicos de governança da terra a fim de legitimar a regularização de ocupações ilegais e grilagens de extensas áreas públicas, fomentando o mercado de terras, como o faz a Lei 13.465/17 no Brasil, conhecida como lei da grilagem. Com títulos de domínio individuais, há uma massiva privatização e liquidação do patrimônio público no país.¹⁷

Também é necessário sublinhar que a mudança é de intensidade e não da escala e concentração do modo de produção. O conceito de redução de intensidade de emissões está ligado à transferência de responsabilidade pela redução das emissões para os fornecedores das cadeias de valor, já que a intensidade é mensurada de acordo com as emissões por quilo, litro, tonelada de produção, enquanto as emissões absolutas de toda a cadeia poderão aumentar de acordo com as metas de lucros corporativos de cada setor.¹⁸ Enquanto podem aumentar a produção global sem limites às emissões de GEE nas demais etapas da cadeia, as corporações da indústria 4.0 lucram duplamente com a venda do novo pacote tecnológico de mensuração, reportagem e verificação da intensidade de emissões evitadas por unidade de produção para os fornecedores de commodities que conseguem pagar para aderir às “cadeias globais sustentáveis”. À agricultura fa-

miliar, camponesa, povos indígenas e comunidades tradicionais restaria a retribuição por serviços ambientais em troca da emissão de títulos ambientais para compensação das metas dos outros setores, ou ainda para a negociação como qualquer outro ativo financeiro em bolsas de valores.

Embora o Relatório do IPCC traga à tona dados que tensionam para a responsabilidade da cadeia agroalimentar e seus usos da terra na crise climática e ambiental, o estudo acaba por legitimar um conjunto de soluções corporativas baseadas em direitos de propriedade (*property rights*) e livre comércio, ajudando a criar uma narrativa de demanda para os nascentes mercados de carbono, biodiversidade em uma “*nova ordem econômica*” — “verde” e “de baixo carbono”.

III) A narrativa “Preservar, Restaurar e Financiar” a partir das soluções baseadas na natureza e o pacote climático corporativo sobre os territórios

A campanha *Nature now*, lançada a partir de um curto vídeo em setembro de 2019, pouco antes da greve climática da Juventude Global nas Nações Unidas, ganha massiva visibilidade através da jo-



Foto: Wimpy Salgado

vem ativista Greta Thunberg, que vem mobilizando milhares de jovens em todo o mundo em torno da agenda climática. A base da narrativa da campanha parte de dois principais diagnósticos: i) é necessário parar de queimar combustíveis fósseis; e ii) é preciso manter o carbono no solo. Para tanto, a campanha propõe, assim como o relatório do IPCC mas de forma mais restrita às florestas e ecossistemas, *soluções climáticas baseadas na natureza* (NCS – *natural climate solutions*, sigla em inglês), já que a “árvore” é identificada como a tecnologia mais barata capaz de absorver gás carbônico do ar e recompor-se por si mesma, disponível em escala massiva. Três chaves de ações são propostas: - “*Proteger*” a floresta tropical, que está sendo desmatada a um ritmo de 30 campos de futebol por minuto; -“*Restaurar*” os ecossistemas como florestas, mangues, pântanos e fundos marinhos que podem retirar enormes quantidades de carbono do ar e armazená-lo; -“*Financiar*” ações que protegem a natureza e deixar de pagar por coisas que a destroem. Apenas 2% dos

recursos de combate ao colapso climático iriam para soluções baseadas na natureza, e que poderiam reduzir cerca de 1/3 das emissões necessárias para manter o aquecimento global abaixo dos 1,5°C fixados pelo IPCC, segundo o vídeo custeado pela Conservation International (CI)¹⁹ e pela Food and Land Use Coalition (FOLU).²⁰

Assim como a contraparte brasileira (Coalização Brasil, Clima, Florestas e Agricultura), a FOLU reúne associações de entidades e companhias multi-setoriais, desde os conglomerados da cadeia agroalimentar (ADM, Basf, Bunge, Dow/Dupont, Syngenta/ChenChina, Cargill, Cofco, Pepsico, Nestlé, Danone, Kellogg’s, Walmart, Unilever); petróleo e mineração (Exxon Mobil, Shell, Total, Vale, Votorantim), automobilística (Bridgestone, Goodyear, Honda, Mitsubishi, Toyota, Michelin, Volkswagen), ao setor financeiro (BNP Paribas, Rabobank, Santander), multicitados neste texto como principais atores do desmatamento e das emissões. Mas reúne também empresas especializadas em tecnologia (Apple, Acer, Microsoft, Bloomberg, Toshiba), infraestruturas digitais de dados e modelagens para a construção das chamadas *cadeias globais sustentáveis*. Trata-se de articulação mundial de diversos setores para a construção da chamada *transição da economia global “verde” ou “de baixo carbono”*, por meio do desenvolvimento de uma nova indústria 4.0 e de seu pacote tecnológico corporativo climaticamente inteligente.

A narrativa trazida pelo curta financiado pela CI e FOLU por meio da potente voz da jovem Greta, tenciona pelo direcionamento dos investimentos internacionais para o combate às mudanças climáticas para as chamadas *soluções climáticas naturais* — ecossistemas e os usos do solo, de modo que os cerca de 23% das emissões globais de GEE (segundo IPCC), dê conta de mitigar as emissões dos 77% restantes a jusante e a montante das formas de uso do solo. Macropolítica climática que põe terras e recursos naturais do Sul global, novamente, no centro da geopolítica mundial.

IV) Acordo de Paris e mecanismos de mercado sobre bases naturais para o cumprimento das metas voluntárias

Este enfoque sobre as florestas e outros ecossistemas, como os oceanos, corais e mangues, e também a agricultura, como possíveis sumidouros de carbono recolocam em discussão o que poderá ser contabilizado *como resultado de ações de mitigação entre os países* (ITMOS), e ainda o papel dos mecanismos

de mercado para cumprimento das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), o que tensiona as negociações em torno do art. 6 do Acordo de Paris, tema central desta COP 25. Há forte pressão internacional para que seja autorizada a compensação das metas voluntárias do Acordo de Paris por meio da compra de resultados de ações de mitigação sobre as bases naturais, como as florestas tropicais dos países do Sul global. A introdução da floresta no mercado de carbono é vista como o melhor custo de oportunidade para os países do Norte global continuarem com seus níveis de emissões, a partir da compensação de suas metas por meio da compra “créditos ou resultados de mitigação” a preços muito mais baratos do que custo de impor limites ao seu crescimento. Do ponto de vista dos países do sul, a commoditização da *floresta* é tida como a fórmula econômica capaz de tornar a *floresta em pé* tão valiosa quanto a “terra limpa”, que se valoriza no mercado de terras após o desmatamento. Segundo os próprios idealizadores, o único instrumento financeiro capaz de equiparar o custo de oportu-

nidade em se deixar de produzir uma commodity agroalimentar, seria a introdução das florestas e funções ecossistêmicas nas dinâmicas do mercado como qualquer outra mercadoria ou ativo financeiro. A gestão do meio ambiente e o financiamento da política ambiental deveriam ser realizados por meio do mercado financeiro.

Atualmente o Marco de Varsóvia, aprovado na COP-19 em 2013, aprovou que o REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação) teria uma *abordagem ou enfoque* de natureza não compensatória (*offsetting*), cujo financiamento das ações de redução do desmatamento e degradação florestal não podem gerar créditos passíveis de serem aceitos para compensar obrigações dos países do Norte junto à Convenção. Esta é a posição histórica do governo brasileiro: não incluir florestas nos mercados. Entretanto, segundo o setor corporativo em torno da Coalização Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, “o Brasil precisa garantir o posto de potência agroambiental através do fomento ao agronegócio sustentável e a remuneração da floresta em pé, que pode



Foto: Wimpy Salgado



Foto: Wimpy Salgado

*ter reflexos diretos na economia, por exemplo, incorporando o valor dos ativos ambientais brasileiro ao PIB do país, possibilitando não só o cumprimento do Acordo de Paris, mas também o aumento da ambição de suas metas para garantir a segurança climática, hídrica e alimentar do planeta”.*²¹

Mais uma vez cabe o alerta: a financeirização das florestas, ecossistemas e das chamadas “bases naturais” representa um incentivo perverso ao desmatamento e ao aumento das emissões, já que quanto menor a quantidade de determinado bem no mercado, maior seu valor econômico. Isto significa que quanto maior o desmatamento e as emissões de GEE com lucro para as atividades extrativas da “economia marrom”; menor a quantidade de florestas ou ar puro e, portanto, maior o valor do ativo ambiental negociado nos mercados de ações ou regulados, maior o lucro da econômica verde financeirizada. Trata-se de mecanismo econômico *win-win*, que nada tem a ver com meio ambiente.

Soberania nacional ou corporativa? Soberania popular! Embora Bolsonaro e Trump recorram à soberania nacional para negar a responsabilidade

do Estado sobre a agenda ambiental e climática, na prática empreendem ações de desregulação e sucateamento da política ambiental em benefício de atividades corporativas da indústria da mineração e do agronegócio. Trata-se de soberania corporativa. De outro extremo, Macron não deixa de utilizar a narrativa climática como barreira não comercial em disputa de mercados, ou Merkel para fortalecer uma governança privada e corporativa por meio de Tratados de Livre Comércio, como o acordo EU-Mercosul, que embora signifique incentivo perverso ao desmatamento com o aumento da demanda para exportação de commodities primárias, hipocritamente, afirma que cláusulas ambientais não vinculantes, como o Acordo de Paris, serão capazes de proteger o meio ambiente.

Entre os extremos das narrativas que convergem para uma governança corporativa e de livre comércio, desde os povos e dos territórios dos países do Sul global o lema é soberania popular e autodeterminação dos povos, e seus modos de vida, historicamente responsáveis pela conservação dos ecossistemas e da biodiversidade que asseguram alimentação

adequada para toda a humanidade. As reais soluções que vêm sendo construídas pelos povos estão na Reforma Agrária integral e popular, Titulação de Territórios Indígenas e de povos e comunidades tradicionais, na agricultura familiar e camponesa de base agroecológica, e outras tecnologias populares como condição pragmática de possibilidades de futuro. Cabe às sociedades, neste nosso tempo de escassez do essencial, aprender a visibilizar e investigar outras formas de imputar o devido valor às riquezas do mundo, mantendo o existencial, fora das fôrmas da propriedade e do comércio.

NOTAS

- 1 São utilizadas imagens dos satélites polares NOAA-18, NOAA-19 e METOP-B, as MODIS dos satélites da Nasa Terra e Aqua, as VIIRS do NPP-Suomi e NOAA-20 e as imagens dos satélites geoestacionários GOES-16 e MSG-3. Um foco de incêndio precisa ter no mínimo 30 metros de extensão por 1 metro de largura para que sejam detectados pelos satélites em órbita. No caso de satélites geoestacionários os focos de fogo precisam ter o dobro do tamanho. Portanto, os dados relevados partem de uma subestimativa.
- 2 <https://www.grain.org/en/article/6278-brasil-pacto-contra-a-biodiversidade-e-os-territorios-dos-povos>
- 3 <http://www.abiec.com.br/download/exportacoes%20fecham%20com%20recorde.pdf>
- 4 A Lei 13.465/2017, chamada Lei da grilagem, facilita o ciclo do desmatamento e grilagem de terras ao permitir a regularização fundiária por pessoas físicas ou jurídicas de ocupações ilegais até 22.12.2011 na Amazônia Legal de área de até 2.500 hectares, mediante o pagamento do valor histórico da terra nua (média dos últimos 20 anos) e não valor de mercado. Para ocupações até 22.12.2008, autoriza-se desconto de até 90% sobre o valor da terra nua para todo o Brasil, sem a necessidade de recompor o desmatamento. A lei ainda permite a venda da terra regularizada após 3 anos, legalizando as dinâmicas de especulação imobiliária e grilagem de terras, sendo um incentivo perverso ao ciclo do desmatamento.
- 5 <https://waterfootprint.org/en/resources/waterstat/product-water-footprint-statistics/>
- 6 <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/Fullreport-1.pdf>
- 7 <file:///C:/Users/packe/Desktop/2019-complicity-in-destruction-2%20amazon%20watch.pdf>
- 8 <https://amazonwatch.org/assets/files/2019-complicity-in-destruction-2.pdf>
- 9 <https://theintercept.com/2019/08/27/amazon-rainforest-fire-blackstone/>
- 10 <http://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/posicionamentos/item/955-retomar-o-controle-do-desmatamento-e-combater-a-ilegalidade-sao-premissas-para-um-brasil-que-deseja-ser-lider-agroambiental>
- 11 A espinha dorsal de todo o Acordo de Paris está na criação de um registro global reconhecido e gerenciado pela UNFCCC, que ofereça um marco comum para medir, reportar e verificar as emissões de forma a viabilizar a contabilidade unificada global - em toneladas de carbono equivalente evitadas - das ações climáticas. A tecnologia de blockchain e a integração as cadeias globais de valor (de commodities), seriam, portanto, estruturais às ações climáticas, e também ao comércio dos novos ativos ambientais. In MORENO, Camila. Rumo a COP 25- negociações preparatórias em Bonn: <http://www.cartadebelem.org.br/site/rumo-a-cop-25-negociacoes-preparatorias-em-bonn/>
- 12 <https://www.grain.org/es/article/5408-el-gran-robo-del-clima-por-que-el-sistema-agroalimentario-es-motor-de-la-crisis-climatica-y-que-podemos-hacer-al-respecto>
- 13 O recente relatório do IPCC apontou o aumento de 800% do uso de fertilizantes químicos entre 1961 e 2017, tanto a quantidade por área, quanto devido à expansão dos cultivos agrícolas dependentes de agrotóxicos. Relata ainda que os fertilizantes a base de nitrogênio são um dos mais perigosos e subestimados na contribuição as mudanças climáticas. Na pecuária, o relatório do IPCC também estima aumento de 54% da atividade no uso da terra, e portanto também as contribuições do metano emitido pelos excrementos das vacas.
- 14 Relatório do IPCC estima que de 25-30% do total da comida produzida é desperdiçada - na produção, no transporte e armazenamento, no processamento, no comércio e no consumo
- 15 <https://www.grain.org/article/entries/6011-emissoes-impossiveis-como-a-industria-de-carne-e-laticinios-esta-aquecendo-o-planeta>
- 16 Surge para realizar transações descentralizadas de bitcoins por meio do sistema P2P (peer to peer) entre distintos computadores, evadindo-se de intermediários (sistemas de servidores centrais de bancos) para se fazer transações financeiras. A Blockchain vem sendo construída como uma cadeia de blocos que registram as informações de todas as transações em um livro-caixa de forma permanente (impossível de ser desfeita), capazes de ser rastreadas pelos usuários, o que conferiria uma infraestrutura digital confiável e segura para garantir a conformidade passo a passo das cadeias globais de valor. Microsoft e IBM a estão desenvolvendo.
- 17 <https://www.grain.org/en/article/6219-regularizacao-ambiental-e-fundiaria-tensionam-pela-massiva-privatizacao-das-terras-publicas-e-territorios-coletivos-no-brasil>
- 18 <https://www.grain.org/es/article/6027-las-enormes-corporaciones-de-la-carne-y-los-lacteos-estan-calentando-el-planeta>
- 19 A CI tem como membros do conselho diretor pessoas ligadas ao Banco BTG Pactual S/A, que tem como um de seus fundadores e principais acionistas o Ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro - Paulo Guedes; a Google; a Apple; o MIT; o Wal-Mart Store, dentre outros. <https://www.conservation.org/about/board-of-directors>
- 20 A FOLU reúne associações como a Aliança para um Revolução Verde na África (AGRA), EAT Forum, Aliança Global para Nutrição (GAIN), Instituto Internacional para Análise Aplicada de Sistemas (IIASA), Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN), SYSTEMIQ, o Instituto de Recursos Mundiais (WRI) e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD). <https://www.foodandlandusecoalition.org/about/>. O WBCSD, por sua vez é composto pelo conjunto das corporações multissetoriais citadas, ver em: <https://wbcسد.org/Overview/Our-members>
- 21 <http://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/posicionamentos/item/955-retomar-o-controle-do-desmatamento-e-combater-a-ilegalidade-sao-premissas-para-um-brasil-que-deseja-ser-lider-agroambiental>



A GRAIN é uma pequena organização internacional sem fins lucrativos que apoia comunidades camponesas, pequenos produtores e movimentos sociais em suas lutas para alcançar e manter sistemas alimentares próprios baseados na biodiversidade e controlados pelas comunidades.

Grupo Carta de Belém é uma rede de articulação de movimentos sociais, organizações e entidades que atuam na defesa de seus direitos territoriais e socioambientais. Formado em 2009, o Grupo estabelece uma visão crítica às soluções de mercado e aos processos de financeirização da natureza apresentadas pela economia verde, e vem incidindo sobre as políticas sobre clima, florestas e usos da terra, como também promove formações com e de lideranças comunitárias e movimentos sociais do campo e da cidade.

